

PROCESSO Nº  
-29/11-REG. PROC. Nº  
-05-FOLHA Nº  
-18-**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**

Estado de São Paulo

**AUTOS DE****PROJETO DE LEI Nº 15/11**

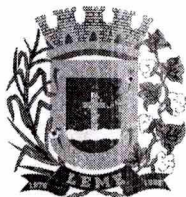
Autoriza a Prefeitura Mun. de Leme a celebrar convênio c/ Estado, através da Sec. de Sanea/o e Rec. Hidricos, objetivando a elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico, etc.

Autor: de Prefeito Municipal.**AUTUAÇÃO**

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de março de 2011.  
autuo o Projeto de Lei nº 15/11 e of. nº 28/11 em frente.

Eu, , subscrevi

n 14



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício nº 28/2011 – GP/ SNJ

Leme, 28 de março de 2.011.

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME		
Prot. N.º	297	L. N.º 31 Fls. 05
Recebido em	31 / 3 / 2011	
_____ FUNCIONÁRIO		

Excelentíssimo Senhor

Através do presente encaminhamento à essa Colenda Casa para apreciação o **Projeto de Lei** que “*Que autoriza a Prefeitura Municipal de Leme a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, objetivando a elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico, e sua consolidação no Plano Estadual de Saneamento Básico, em conformidade com as diretrizes gerais instituídas pela Lei Federal nº 11.145, de 5 de janeiro de 2007*”, para que seja regularmente processado por esta C. Câmara, em **REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL**, dado a necessidade de urgência na remessa da documentação, sob pena de perda da oportunidade.

Aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e aos Nobres Pares, os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**  
Prefeito do Município de Leme

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
João Marcos Demétrio  
DD. Presidente da Câmara de Vereadores do Município  
Leme – SP





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_<sup>15</sup>/2011.**

Que autoriza a Prefeitura Municipal de Leme a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, objetivando a elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico, e sua consolidação no Plano Estadual de Saneamento Básico, em conformidade com as diretrizes gerais instituídas pela Lei Federal nº 11.145, de 5 de janeiro de 2007.

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo deste Município autorizado a celebrar com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, convênio cujo objeto é a conjugação de esforços dos partícipes para elaboração do plano de saneamento básico do MUNICÍPIO, e sua consolidação no Plano Estadual de Saneamento Básico, em conformidade com as disposições do artigo 19 da Lei federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

**Artigo 2º** - O convênio poderá ser aditado, sempre no interesse público.

**Artigo 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 28 de março de 2011

**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposta tem objetivo especial de buscar conjugação de esforços para elaboração de saneamento básico do Município, e sua consolidação no plano Estadual de Saneamento Básico, em conformidade com as disposições do art. 19 da Lei Federal nº 11.445/07.

A ação governamental que pretende a Administração Municipal, depende de autorização Legislativa, ressaltando que programa terá os seus custos assumidos pelo Governo do estado de São Paulo e não onerará o Município.


Em face das razões acima, requeiro a apreciação e votação do presente Projeto de Lei

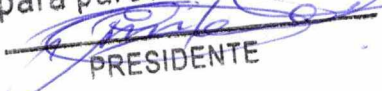
Leme, 28 de março de 2011

**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



# REGISTRO

Registrado sob o nº de ordem 29/11  
fls 18, do Registro de Processo nº 05  
Leme, 31 de maio de 20 11  
Funcionário 

A Assessoria Legislativa  
para parecer em 31.3.11  
  
PRESIDENTE



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos**

CONVÊNIO Nº        QUE CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS, E O MUNICÍPIO DE xxxxxxxxxxxxxx, OBJETIVANDO A ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, E SUA CONSOLIDAÇÃO NO PLANO ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES GERAIS INSTITUÍDAS PELA LEI FEDERAL Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de dois mil e onze, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, neste ato representada pelo Titular da Pasta, nos termos da autorização constante do Decreto nº 52.895, de 11 de abril de 2008, e do despacho publicado no DOE de 01 de novembro de 2008, doravante designado ESTADO, e o Município de xxxxxx , neste ato representado por seu Prefeito xxxxxxxxxxxx , R.G. nº xxxxxxxxxxxx , CPF nº xxxxxxxxxxxxxx , que passa a ser denominado MUNICÍPIO, com base nos dispositivos constitucionais e legais vigentes, celebram o presente convênio, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos**

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**Do Objeto**

O presente convênio tem como objeto a conjugação de esforços dos partícipes para elaboração do plano de saneamento básico do MUNICÍPIO, e sua consolidação no Plano Estadual de Saneamento Básico, em conformidade com as disposições do artigo 19 da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

§ 1º - O plano de saneamento básico do MUNICÍPIO deverá englobar inteiramente o território deste, bem como ser compatível com o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi - Guaçu – UGRHI-09 e compreenderá os serviços de abastecimento público de água e esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e controle de inundações urbanas, nos termos do Plano de Trabalho que integra o presente instrumento como Anexo I devendo contemplar, no mínimo:

1. levantamento, sistematização e análise de dados gerais (físicos, territoriais, sociais, econômicos e ambientais);
2. diagnóstico e estudo de demandas para a prestação dos serviços;
3. objetivos e metas de curto, médio e longo prazo, para a universalização dos serviços;
4. programas e ações necessários para atingir os objetivos e as metas;





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos**

5. ações para emergências e contingências;
6. indicadores e diretrizes para avaliação dos resultados.

§ 2º - O Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, amparado em manifestação fundamentada do setor técnico da Pasta, poderá autorizar modificações incidentes sobre o plano de trabalho de que trata o § 1º desta cláusula, para sua melhor adequação técnica ou financeira, vedadas a alteração do objeto do ajuste.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

**Da Execução**

São executores do presente convênio:

- I - pelo ESTADO, a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos;
- II - pelo MUNICÍPIO,

**CLÁUSULA TERCEIRA**

**Das Obrigações dos Partícipes**

Para a execução do presente convênio o ESTADO e o MUNICÍPIO terão as seguintes obrigações:

**I - compete ao ESTADO:**

- a) realizar, diretamente ou por intermédio de entidade da Administração Indireta, o procedimento licitatório necessário à contratação de empresa especializada para assessorar na elaboração do plano municipal de saneamento básico, mantendo o município informado acerca do andamento deste procedimento;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos**

b) assegurar os recursos financeiros necessários para custear as despesas decorrentes da contratação referida na alínea anterior;

c) efetuar os pagamentos devidos à empresa a ser contratada para a finalidade prevista na alínea "a" desta cláusula, após aprovação, pelo Grupo Executivo Local, dos produtos relativos às etapas de serviços, conforme previsto no cronograma físico-financeiro constante do Plano de Trabalho;

d) indicar o responsável pelo acompanhamento da execução do presente Convênio;

**II - compete ao MUNICÍPIO:**

a) designar equipe técnica e o respectivo coordenador, para compor o Grupo Executivo Local, o qual será o responsável pelo acompanhamento dos trabalhos de elaboração do plano municipal de saneamento básico;

b) disponibilizar ao Grupo Executivo Local referido na alínea anterior, à Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, e à empresa a ser contratada nos termos da alínea "a" do inciso I desta Cláusula, as informações necessárias para elaboração do plano municipal de saneamento básico, incluindo as informações cartográficas;

c) apreciar os produtos a serem entregues pela empresa contratada nos moldes da alínea "a" do inciso I desta Cláusula, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de seus respectivos recebimentos, aprovando-os ou solicitando suas correções e/ou complementações, a serem providenciadas pela



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos**

empresa contratada também no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da referida solicitação;

d) realizar consulta ou audiência pública local, para apresentação da proposta preliminar do plano municipal de saneamento básico, conforme previsto no Plano de Trabalho;

e) encaminhar ao ESTADO cópia do plano de saneamento básico que vier a ser instituído pelo MUNICÍPIO, bem como dos atos procedimentais respectivos, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de sua aprovação pela autoridades municipais;

f) implementar sistemas de informação, acompanhamento e avaliação dos resultados da prestação dos serviços públicos de saneamento básico no MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA QUARTA**  
**Dos Recursos**

O presente Convênio não contempla repasse de recursos financeiros entre os partícipes, que arcarão, cada um, com as despesas decorrentes das responsabilidades assumidas no presente instrumento.

Parágrafo único - Os recursos de responsabilidade do Estado são originários, conforme o caso:

1. do Tesouro do Estado, onerando diretamente o Orçamento Programa do Estado, na Funcional Programática 17.121.3932.2144 – Apoio à Elaboração e Execução dos Instrumentos de Planejamento e Gestão em





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos**

Saneamento, no elemento de despesa 3.3.90.35- Serviços de Consultoria, da Unidade de Despesa 390101- Gabinete do Secretário, da Unidade Orçamentária 39001- Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos; ou

2. do Termo de Convênio firmado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Saneamento e Energia, e o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, em 21 de dezembro de 2007, publicado no DOE de 5 de janeiro de 2008.

**CLÁUSULA QUINTA**

**Do Prazo de Vigência**

O prazo de vigência do presente convênio é de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua assinatura.

Parágrafo único - Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, o presente convênio poderá ter seu prazo de execução prorrogado, mediante termo aditivo e prévia autorização do Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, observado o limite máximo de 5 (cinco) anos de vigência.

**CLÁUSULA SEXTA**

**Da Denúncia e da Rescisão**

Este convênio poderá ser denunciado pelos partícipes a qualquer tempo, mediante notificação prévia com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e será rescindido por infração legal ou descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos**

§ 1º - Na hipótese de denúncia por parte do MUNICÍPIO, este arcará com as despesas decorrentes da contratação de que cuida o inciso I, alíneas "a" a "c", da Cláusula Terceira.

§ 2º - Na hipótese de rescisão por culpa do MUNICÍPIO, este arcará com as despesas decorrentes da contratação de que cuida o inciso I, alíneas "a" a "c", da Cláusula Terceira, sem prejuízo dos demais consectários legais;

§ 3º - No caso de descumprimento do prazo estabelecido ao MUNICÍPIO na alínea "c", do inciso II, da Cláusula Terceira, a este incumbirá os custos decorrentes de sua mora.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

**Do Foro**

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir litígios oriundos da execução deste convênio, após esgotadas as instâncias administrativas.

**CLÁUSULA OITAVA**

**Das Disposições Finais**

Aplicam-se ao presente convênio, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos**

E, por estarem de acordo, assinam os partícipes o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo subscritas.

São Paulo,        de                                de

SECRETÁRIO DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS  
EDSON GIRIBONI

e

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

NOME:

R.G.:

CPF:

NOME:

R.G.:

CPF:





# CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME  
Prot. N. 324 L. N.º 31 Fls. 7  
Recebido em 4/4/2011  
14  
FUNCIONÁRIO

Ao Expediente

71 7/20/11  
*[Signature]*  
PRESIDENTE

Os Vereadores que este subscrevem, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fundamento nos Arts. 190 a 194 do Regimento Interno, requerer que seja o presente pedido, submetido à apreciação do Egrégio Plenário para o fim de conceder o **REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL** na tramitação dos seguintes Projetos de Lei:

**Projeto de Lei nº. 14/11** "Autoriza a concessão de subvenção à Associação Presbiteriana de Assistência Social." Autoria: Prefeito Municipal.

**Projeto de Lei nº. 15/11** "Autoriza a Prefeitura Municipal de Leme a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, objetivando a elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico, e sua consolidação no Plano Estadual de Saneamento Básico, em conformidade com as diretrizes gerais instituídas pela Lei Federal nº. 11.145, de 05 de janeiro de 2007." Autoria: Prefeito Municipal.

**Projeto de Lei nº. 16/11** "Altera o valor da subvenção concedida a Santa Casa de Misericórdia de Leme." Autoria: Prefeito Municipal.

**Projeto de Lei nº. 17/11** "Disciplina Atividades Desportivas de Bilhar e Sinuca e estabelece normas gerais para a sua prática no âmbito do Município de Leme." Autoria: Vereador Osvair Antunes da Silva.

**Projeto de Lei nº. 18/11** "Disciplina a dispensa e a redução de juros e multas sobre crédito da Saecil." Autoria: Prefeito Municipal.

Sala das Sessões Profº Arlindo Favaro, em 04 de Abril de 2011.

*[Signatures]*

APROVADO POR UNANIMIDADE  
A Secretaria p/ Providências  
Leme, 04/ 4 /2011  
PRESIDENTE





## **CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**

ESTADO DE SÃO PAULO

### **PROJETO DE LEI N.º 15/2011.**

**EMENTA:** “Autoriza a Prefeitura Municipal de Leme a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, objetivando a elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico, e sua consolidação no Plano Estadual de Saneamento Básico, em conformidade com as diretrizes gerais instituídas pela Lei Federal n.º. 11.145, de 05 de janeiro de 2007.”

**AUTORIA:** Prefeito Municipal

### **PARECER CONJUNTO**

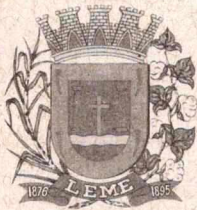
#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Orçamento, Finanças e Contabilidade, reunidas na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o presente Projeto de Lei, apresentam o relatório conjunto, que também é o voto de seus membros, bem como, o parecer:

**1-)** Tendo em vista que o Município tem o objetivo de conjugar esforços para elaboração de Saneamento Básico deste e sua consolidação com o plano Estadual de Saneamento Básico, tudo em conformidade com o artigo 19, a Lei Federal n.º. 11.445/07.

**2-)** O Projeto ora analisado encontra-se devidamente justificado pelo Executivo sendo que a ação governamental não onerará o Município, visto que os custos serão suportados pelo Governo do Estado de São Paulo.





## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

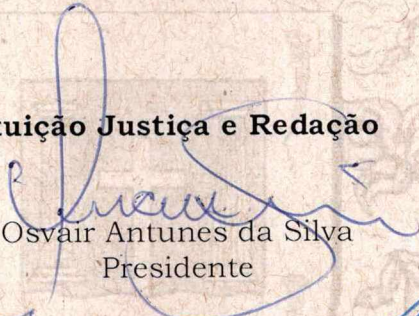
ESTADO DE SÃO PAULO

3-) No entender da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, **o projeto é legal e não ofende a Constituição Federal, nem a Lei Orgânica do Município.** Por isso, somos de parecer **FAVORÁVEL** ao projeto de Lei em questão.

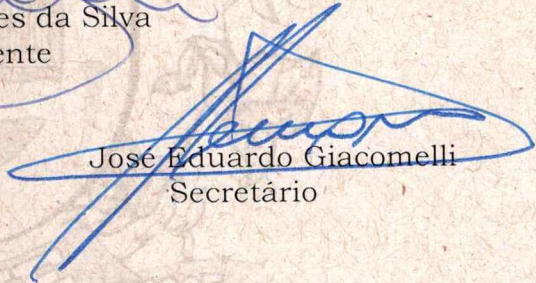
4-) Por seu turno, sob o aspecto do interesse público e da conveniência, não há qualquer óbice a ser colocado, razões porque as Comissões de Orçamento, Finanças e Contabilidade; emitem o parecer **FAVORÁVEL** ao projeto de lei em questão.

Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, em  
31 de Abril de 2011.


### Comissão de Constituição Justiça e Redação

  
Osvair Antunes da Silva  
Presidente

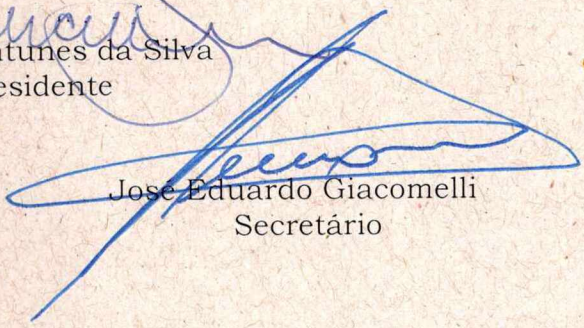
  
Ademir Albano Lopes  
Vice-Presidente

  
José Eduardo Giacomelli  
Secretário

### Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

  
Osvair Antunes da Silva  
Presidente

  
Eduardo Leme da Silva  
Vice-Presidente

  
José Eduardo Giacomelli  
Secretário





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**A Ordem do Dia**

**04/4/2011**

**PRESIDENTE**

**PROJETO DE LEI Nº. 15/11, APROVADO EM POR UNANIMIDADE, EM 1ª E 2ª VOTAÇÃO.**

Em, 04 de abril de 2011.

**João Marcos Demétrio**

**Presidente**





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**REDAÇÃO FINAL**

**PROJETO DE LEI Nº 15 /2011.**

Que autoriza a Prefeitura Municipal de Leme a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, objetivando a elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico, e sua consolidação no Plano Estadual de Saneamento Básico, em conformidade com as diretrizes gerais instituídas pela Lei Federal nº 11.145, de 5 de janeiro de 2007.

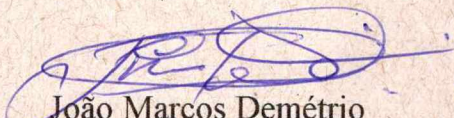
O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo deste Município autorizado a celebrar com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, convênio cujo objeto é a conjugação de esforços dos partícipes para elaboração do plano de saneamento básico do MUNICÍPIO, e sua consolidação no Plano Estadual de Saneamento Básico, em conformidade com as disposições do artigo 19 da Lei federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

**Artigo 2º** - O convênio poderá ser aditado, sempre no interesse público.

**Artigo 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 04 de abril de 2011.

  
João Marcos Demétrio  
Presidente